

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 11, NÚMERO 5 - JULHO 2015



## Buscando soluções para o comércio internacional de alimentos

### COOPERAÇÃO

A cooperação Brasil-África para o desenvolvimento sustentável e o comércio de alimentos

### PECUÁRIA

A pecuária brasileira e o caminho da sustentabilidade: produzir mais, com menos

### BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS

O comércio internacional de alimentos e o desafio das barreiras não tarifárias



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 11, NÚMERO 5 - JULHO 2015

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Fernando Marques

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Este número do *Pontes* foi produzido em colaboração com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).



Se deseja contatar a equipe editorial do *Pontes*, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## COOPERAÇÃO

- 4 **A cooperação Brasil-África para o desenvolvimento sustentável e o comércio de alimentos**

*João Ulisses Rabelo Pimenta, Thiago Pessoa Gusman*

## AGRICULTURA

- 8 **Produção agrícola de alimentos e sustentabilidade no Brasil**

*João Martins da Silva Junior*

## PECUÁRIA

- 12 **A pecuária brasileira e o caminho da sustentabilidade: produzir mais, com menos**

*Fernando Sampaio*

## BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS

- 16 **O comércio internacional de alimentos e o desafio das barreiras não tarifárias**

*Renato Rezende de Campos Souza*

## PADRÕES PRIVADOS

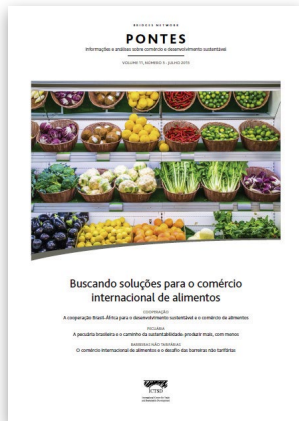
- 20 **A ameaça dos padrões privados à OMC**

*Vera Thorstensen, Andreia Vieira, Fernanda Kotzias*

- 25 **Informações úteis**

- 26 **Publicações**

## Desafio: alimentar o planeta



*Em 2050, quase 10 bilhões de indivíduos compartilharão um frágil planeta. Dele, terão que obter recursos não apenas para sua subsistência, mas também para a reprodução das complexas sociedades construídas ao longo dos últimos 10.000 anos. A tarefa não será fácil. Em primeiro lugar, será necessário encontrar formas de produzir, em área semelhante, alimentos suficientes para uma população 33% superior à atual.*

*Esse enorme contingente humano talvez tenha que lidar com um clima hostil, consequência dos exageros de seus antepassados. Por outro lado, terá à sua disposição um considerável estoque de conhecimento e tecnologias. Caberá aos cronistas do futuro determinar se as conquistas ou os excessos do presente predominarão. Esses analistas avaliarão, ademais, se as transformações trazidas pelo acúmulo de carbono na atmosfera criaram grupos bem definidos de vencedores e perdedores.*

*Será necessário, finalmente, definir como os frutos da atividade econômica em 2050 serão distribuídos entre esses 10 bilhões de habitantes. O termo "governança", tão em voga na atualidade, será ainda mais evidente. Quanto mais povoado o planeta, maior a necessidade de estabelecer regras para a convivência e a interdependência. Agrupados em distintos níveis – o local, o nacional, o multilateral –, os indivíduos deverão testemunhar uma intensa disputa pela fixação das regras para o apoio e o comércio de produtos agropecuários.*

*O ano de 2050 parece distante, mas suas características concretas começam a ser moldadas agora. Por isso, o presente número do Pontes traz uma série de artigos inspirados por tal desafio. As perguntas que motivaram as contribuições a seguir assim o demonstram: estarão as regras multilaterais existentes à altura do desafio de garantir alimentos a quase 10 bilhões de habitantes? De que forma tais instituições funcionam na atualidade? Seremos capazes de aliar aumento da produtividade e maior sustentabilidade na produção? Até que ponto tais melhoras quantitativas e qualitativas dependem apenas do avanço tecnológico? Finalmente, qual o papel do Brasil nesse processo?*

*O presente número do Pontes resulta da cooperação entre nossa equipe e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Nesse sentido, o diálogo que costumamos propor em nossos editoriais não se limitará ao [site do Pontes](#) ou ao nosso [e-mail](#). Entre 23 e 25 de junho, Milão receberá especialistas convocados para uma mesa-redonda intitulada "[Buscando Soluções para o Comércio Internacional de Alimentos](#)". Organizado pela Apex-Brasil como parte das atividades do pavilhão brasileiro na Expo Milão 2015, o evento será uma excelente oportunidade para a troca de percepções sobre o presente e o futuro da agropecuária. O futuro resultará de nossos consensos e discordâncias. O debate, por isso, é um imperativo.*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

A Equipe Pontes

## COOPERAÇÃO

# A cooperação Brasil-África para o desenvolvimento sustentável e o comércio de alimentos

João Ulisses Rabelo Pimenta, Thiago Pessoa Gusman

*O Brasil, parceiro histórico da África e seu maior fornecedor de alimentos, pode desempenhar papel fundamental no desenvolvimento agrícola dos países africanos, principalmente mediante a cooperação para a introdução de modelos sustentáveis de produção e de novas tecnologias no campo.*

**A**s relações de cooperação do Brasil com a África obedecem uma lógica diferente do que se observa historicamente no relacionamento de outros países com o continente. No sistema tradicional, prevalece a transferência unilateral de recursos, sem garantias de que sejam gerados impactos positivos na sociedade. Em contraste, o sistema de cooperação técnica do Brasil é naturalmente reativo: baseia-se nos pilares de respeito à soberania e à determinação dessas sociedades, bem como nas necessidades e demandas advindas das transformações políticas e econômicas observadas nos países africanos neste último século.

A fundamentação da cooperação brasileira na África teve início nos anos 1960, no âmbito da Política Externa Independente (PEI), implementada pelo então presidente Jânio Quadros. Segundo a PEI, a busca pelo desenvolvimento não deveria se pautar no paradigma da Guerra Fria que governava as relações internacionais da época. Isso permitiu que o Brasil atuasse de forma mais dinâmica, inserindo-se no contexto africano de maneira não discriminatória e fortalecendo a posição brasileira como parceiro desses países – com destaque àqueles de língua portuguesa. A produção de alimentos concretizou-se como eixo principal dessa aproximação, uma vez que o Brasil experimentou um incremento significativo de sua produtividade a partir do desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e da abertura de novas fronteiras, em especial o cerrado, na década de 1970.

Em tempos recentes, a partir da nova onda de aproximação com o continente africano iniciada pela política de Cooperação Sul-Sul, a segurança alimentar da África tornou-se uma prioridade na política externa brasileira. Nesse contexto, diversas oportunidades para a exportação de produtos do agronegócio brasileiro surgiram no continente africano – não apenas alimentos, bebidas e outros itens, mas também máquinas e equipamentos dessa cadeia produtiva.

Atualmente, o Brasil desempenha papel importante como o maior fornecedor de alimentos, bebidas e outros produtos do agronegócio para a África. A partir da comparação com o segundo colocado, os Estados Unidos, é possível perceber a consolidação do Brasil como principal parceiro do continente africano para esses produtos entre 2008 e 2013.

Em 2008<sup>1</sup>, os Estados Unidos estavam à frente do Brasil como fornecedores desses produtos para os países africanos. Desde então, as exportações brasileiras aumentaram 61,8% – de US\$ 4,5 bilhões em 2008 para US\$ 7,2 bilhões em 2013 – um crescimento médio de 10% ao ano. Já as vendas estadunidenses recuaram 6,8%, caindo de US\$ 5,8 bilhões para US\$ 5,4 bilhões no mesmo período – o que corresponde a uma variação negativa de 1,4% ao ano.

Para ambos os países, o principal destino das exportações desses produtos é a região Norte da África, responsável por mais da metade das compras em 2013, seguida pela África Ocidental. Mas há diferenças marcantes entre os dois fornecedores na composição da oferta. Nesse ano, a pauta de exportações dos Estados Unidos concentrou-se, sobretudo, no fornecimento de cereais (US\$ 2 bilhões ou 37,3% do total, em sua maioria trigo), soja e derivados (US\$ 829,7 milhões ou 15,3% do total), carnes (US\$ 728 milhões ou 13,4% do total) e leite e derivados (US\$ 446 milhões ou 8,2% do total). Já a pauta brasileira



## Exportações do agronegócio brasileiro para a África:

US\$ 4,5 bilhões  
2008

US\$ 7,2 bilhões  
2013

concentrou-se em açúcar (US\$ 3,4 bilhões ou 47,7% do total), carnes (US\$ 1,8 bilhão ou 24,4% do total), cereais (US\$ 1,1 bilhão ou 15,5% do total, em sua maioria milho) e soja e derivados (US\$ 285 milhões ou 3,9% do total).

Entre os itens que mais cresceram na pauta brasileira entre 2008 e 2013, destaca-se o milho, a carne suína e o frango, com variações positivas de, respectivamente, 686%, 131,2% e 84,8%. Já o arroz pode ser citado como variação negativa (-14,2%). Do lado estadunidense, entre os itens que mais cresceram estão o farelo de soja (317,4%), o frango (187,4%) e o leite e derivados (58,5%), mas é notória uma forte queda nos cereais, a exemplo do milho (-92,1%) e do trigo (-17,8%).

O excelente desempenho das exportações brasileiras não é fruto do acaso. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA)<sup>2</sup>, o sucesso do agronegócio nacional – que abastece os 200 milhões de habitantes do país e ainda exporta para mais 200 mercados, gerando um saldo comercial positivo anual de mais de US\$ 100 bilhões – é resultado dos seguintes fatores conjugados:

- i. existência de área para a produção;
- ii. disponibilidade de água doce;
- iii. insolação e chuvas regulares na maioria das regiões do país;
- iv. política agrícola (crédito e defesa sanitária);
- v. desenvolvimento e intensa utilização de tecnologia; e
- vi. compromisso dos produtores com a produtividade.

Sem dúvidas, o agronegócio brasileiro possui inúmeros desafios, tanto no campo quanto na armazenagem e transporte. Mas, a partir da experiência brasileira, poderiam os países africanos ampliar a produção e distribuição de alimentos para seus mercados internos, reduzindo a dependência das importações? Ou ainda: poderiam aumentar os excedentes exportáveis em um ritmo maior do que o atual?

Uma vez presentes os fatores listados, tal desafio envolveria duas apostas: a primeira relacionada ao desenvolvimento do grande agronegócio; e a segunda, ao desenvolvimento de pequenos produtores.

No caso brasileiro, as duas experiências estão presentes e contribuem de formas distintas. O grande agronegócio está refletido nos resultados das exportações brasileiras apresentados anteriormente e tem sido fundamental na geração de divisas para o país, entre outros benefícios. Já a experiência dos pequenos produtores, particularmente a agricultura familiar, trouxe resultados relevantes, como a redução da pobreza e da fome, e a fixação do trabalhador no campo – a agricultura familiar responde hoje por 4,3 milhões de unidades produtivas no Brasil (84% do total), de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)<sup>3</sup>.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), o Brasil está entre os 10 países com a maior redução no número de pessoas que passam fome, proporcionalmente à população nacional. Em 2014, o país saiu

---

*a partir da experiência brasileira, poderiam os países africanos ampliar a produção e distribuição de alimentos para seus mercados internos? (...) [Tal] desafio envolveria duas apostas: a primeira relacionada ao desenvolvimento do grande agronegócio; e a segunda, ao desenvolvimento de pequenos produtores.*

---

**Destaques da pauta de exportações do agronegócio brasileiro para a África:**

**US\$ 3,4 bilhões**

Açúcar

**US\$ 1,8 bilhão**

Carnes

**US\$ 1,1 bilhão**

Cereais

**US\$ 285 milhões**

Soja e derivados

do mapa da fome mundial e, segundo a FAO, a produção agrícola familiar teve um papel fundamental nessa conquista<sup>4</sup>.

Os contínuos aportes financeiros governamentais nesse segmento, principalmente por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), constituem um dos pilares para os resultados alcançados. Tal apoio tem permitido que esses produtores usufruam, entre outros benefícios, do acesso à água e à irrigação, assim como de melhores condições de saneamento, principalmente nas regiões mais pobres. Já para o país, esse apoio propicia o aumento da oferta de produtos consumidos na alimentação básica brasileira: arroz, feijão, mandioca, milho, trigo e leite.

Dentro do PRONAF, um dos pontos de destaque é a existência da linha de financiamento Mais Alimentos Produção Primária<sup>5</sup>, que permite investimentos na infraestrutura da propriedade familiar, incluindo a compra de tratores, veículos de transporte e carga, equipamentos e implementos agrícolas e equipamentos para irrigação e criação de animais.

Somente nos primeiros cinco meses da safra 2014/2015, conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os agricultores familiares brasileiros contrataram mais de R\$ 6,8 bilhões do programa Mais Alimentos<sup>6</sup>.

Dessa maneira, o Brasil possui um modelo exemplar de construção de políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar e pode contribuir como ator relevante no relacionamento com os países africanos. Em particular, tal contribuição incidiria sobre o desenvolvimento sustentável agrícola na África, tema que atualmente norteia o diálogo internacional de cooperação.

Além disso, a atividade agrícola no continente africano, em especial na região subsaariana, começa a sair de sua forma original de subsistência para assumir o centro das atividades econômicas e sociais dos países, na medida em que iniciam o processo de formulação de novas políticas voltadas ao atendimento das necessidades básicas de seus cidadãos. Esse fato torna ainda mais importante a participação brasileira como parceiro da África no incremento de seus sistemas de produção agrícola.

Existem iniciativas importantes já em curso que mostram um comprometimento do Brasil com o incremento da produção agrícola africana, principalmente a partir do desenvolvimento de suas capacidades e potenciais inerentes. A partir da iniciativa "Diálogo Brasil-África em Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural", lançada em 2010, o governo federal estabeleceu uma interlocução contínua dentro da ótica da segurança alimentar e nutricional africana e criou o Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), desenvolvido pelo MDA. Esse programa tem como objeto central a cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos de agricultura familiar na África, utilizando maquinário agrícola brasileiro financiado por créditos concessionais.

O PMAI, do qual já participam Zimbábue, Moçambique, Senegal, Gana e Quênia, permite que esses mercados se beneficiem de soluções brasileiras próximas da realidade africana. Diferentemente de outros programas de cooperação tradicionais, nos quais é fornecido apenas o produto final, sem qualquer auxílio em sua operação, o PMAI propicia a assistência técnica e capacitação dos beneficiados na utilização do maquinário importado, garantindo resultados efetivos aos projetos contemplados.

A promoção de negócios desempenha também um papel fundamental na aproximação do Brasil com a África, uma vez que gera importante e necessário desenvolvimento do setor produtivo nesses mercados. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) tem contribuído, nesse contexto, para o estreitamento das relações comerciais entre o setor privado brasileiro e os países africanos. A Apex-Brasil desenvolve e apoia projetos de promoção comercial e de investimentos em conjunto com 49 setores produtivos que têm nos países africanos seu destino prioritário. Ademais, a Apex-Brasil possui um Escritório de Negócios na região, no intuito de apoiar iniciativas

empresariais específicas no continente e trazer informações cruciais para quem deseja fazer negócios com suas contrapartes africanas.

Enquanto os recursos naturais como solo, água e clima são pontos de partida importantes para a realização da atividade rural, é na política agrícola, aliada à aplicação de tecnologias e ao compromisso dos produtores com o aumento da produtividade, que reside o grande diferencial para o desenvolvimento de um cenário promissor para o agronegócio. Tanto o grande agronegócio como a pequena agricultura, em especial a familiar, são elementos complementares no sistema de produção, consumo e exportação brasileiro. Somam as visões global e local e, embora atinjam objetivos distintos, mantêm coerência com os interesses do país.

É a conjugação positiva desses fatores e dessas duas visões que o Brasil coloca à disposição dos países africanos para que possam alavancar o seu potencial agrícola, seja para a erradicação da pobreza e da fome no continente, por meio do desenvolvimento dos pequenos produtores e da agricultura familiar, seja pelo desenvolvimento do grande agronegócio gerador de divisas.

- 
- ❶ Informações baseadas em dados do Comtrade/UN ("dados-espelho").
  - ❷ Ver: MAPA. *Projeções do agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023*. Brasília: MAPA, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1gB6HQA>>.
  - ❸ Disponível em: <<http://bit.ly/1BbMa3x>>.
  - ❹ Ver: FAO. *The State of Food Insecurity in the World*. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1BLvlse>>.
  - ❺ Ver: <<http://bit.ly/1GEFGdJ>>.
  - ❻ Ver: <<http://bit.ly/1CjAieu>>.



**João Ulisses Rabelo Pimenta**  
Analista de Negócios  
Internacionais da Agência  
Brasileira de Promoção de  
Exportações e Investimentos  
(Apex-Brasil).



**Thiago Pessoa Gusman**  
Analista de Negócios  
Internacionais da Apex-Brasil.

## AGRICULTURA

# Produção agrícola de alimentos e sustentabilidade no Brasil

João Martins da Silva Junior

*O desafio deste século é alimentar a crescente população mundial e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente. Neste artigo, o autor argumenta que o Brasil pode servir de modelo para o mundo por apresentar uma produção eficiente e sustentável de alimentos.*

Estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostram que, em 2050, a população mundial ultrapassará os nove bilhões de pessoas, das quais 70% residirão na zona urbana. Esse quadro contribuirá para o aumento da demanda por alimentos em mais de 60%<sup>1</sup>. A competição por terra, água e comida pode agravar os problemas relacionados à fome e à pobreza, o que remete à adoção de práticas sustentáveis de produção, no sentido social, ambiental e econômico.

Nesse cenário, a produção anual de cereais terá que crescer em quase um bilhão de toneladas, enquanto a demanda por carnes deverá superar os 470 milhões de toneladas. A FAO estima que os países em desenvolvimento consumirão 72% da produção mundial de carne, aumento de praticamente 12 pontos percentuais no consumo atual. Além da maior taxa de crescimento da população, a melhoria na renda e as mudanças no hábito de consumo contribuirão para esse desequilíbrio entre demanda e produção.

Para que a demanda projetada seja suprida, o caminho será o aumento da produtividade e a expansão de novas áreas de produção agrícola. A FAO prevê a expansão no uso das terras aráveis em 70 milhões de hectares até 2050. Esse número é o resultado do balanço entre a expansão de 120 milhões de hectares em países em desenvolvimento e a retração de 50 milhões de hectares em países desenvolvidos. Geograficamente, essa expansão ocorrerá na América do Sul e na África Subsaariana, ao Sul do deserto do Saara.

O Brasil passa a ter importante papel na segurança alimentar do mundo, diante desse cenário. Além de reunir os recursos necessários à produção – como condições climáticas favoráveis, água em abundância e 383 milhões de hectares de áreas agricultáveis, sendo 35% disponíveis –, o país conta com tecnologia de produção e, especialmente, o empreendedorismo dos produtores. Tais características fazem do Brasil o principal protagonista nessa tarefa.

Com efeito, o setor agropecuário brasileiro evoluiu muito nos últimos anos: passou de importador líquido de alimentos, na década de 1960, a autossuficiente, ou mesmo exportador, a partir da década de 1980. Enquanto a agricultura mundial apresentava estagnação da produção ao longo da década de 1990, o Brasil elevava seus índices de produtividade, os quais continuam em expansão. Ainda, o país passou a ser a principal referência em pesquisa científica em agricultura tropical e gerou cada vez mais tecnologia aos sistemas produtivos – principal pilar do desenvolvimento da agropecuária.

Atualmente, o agronegócio é o setor mais pujante da economia brasileira. Segundo levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), o produto interno bruto (PIB) do agronegócio brasileiro cresceu 1,6% em 2014, respondendo por 21,3% do PIB do país<sup>2</sup>. Apesar de inferior aos índices apresentados pelo setor em 2013, o resultado é expressivo diante do crescimento de apenas 0,1% do PIB nacional. Com relação à balança comercial, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 96,7 bilhões, em 2014, representando 43% das exportações totais do Brasil. Dos dez principais produtos exportados, oito foram do agronegócio<sup>3</sup>.



Ademais, o setor foi responsável por 27% dos empregos na população economicamente ativa.

Há 25 anos, o trabalhador brasileiro precisava de 1,5 salário mínimo para adquirir uma cesta básica. Hoje, com a revolução agrícola, com pouco menos de meio salário mínimo, compra a mesma cesta. Ganhos provenientes do aumento da produtividade possibilitaram uma maior oferta de alimentos, a preços internos mais baixos, em que pese a elevação dos preços no cenário internacional. O maior benefício relacionado aos ganhos produtivos é a redistribuição da renda, diminuindo o impacto do preço dos alimentos na cesta de consumo das famílias, importante aliado no controle inflacionário e na redução da pobreza.

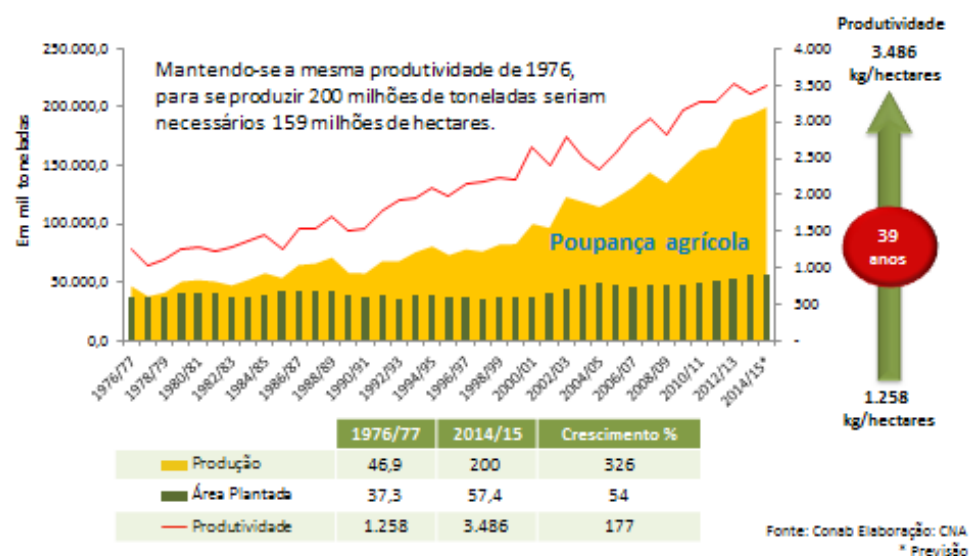
Por possuir 61% do território com vegetação nativa preservada, o Brasil apresenta plenas condições de ampliar a produção de alimentos, incorporando novas tecnologias, que aumentem a produtividade e mitiguem os impactos ambientais. A legislação ambiental brasileira é uma das mais rigorosas do mundo. Em implementação, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento do novo Código Florestal, auxiliará no monitoramento ambiental de todas as propriedades rurais.

Para viabilizar a atividade rural, o setor agropecuário investe em práticas sustentáveis de produção, como a rotação de culturas, adubação verde, além do reflorestamento, que protege os mananciais e as nascentes dos rios. O Brasil é líder na utilização da técnica do plantio direto na palha, cultivando cerca de 32 milhões de hectares, que correspondem a mais da metade da área plantada de seu território. Tal tecnologia fomenta sistemas de produção como os de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que promovem, por sua vez, a recuperação de áreas de pastagens degradadas, agregando diferentes sistemas produtivos na mesma propriedade, como os de grãos, fibras, carne, leite e agroenergia.

A conscientização das práticas sustentáveis de produção está presente tanto na esfera pública quanto privada. Em 2010, o governo brasileiro criou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). O plano tem como finalidade a organização e o planejamento de ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de responder ao compromisso de redução de 36,1% a 38,9% das emissões de gases-estufa projetadas para 2020.

Representante da produção agropecuária, a CNA coordena, no âmbito privado, o Projeto Biomas, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O

### Gráfico 1: Evolução das safras de grãos e fibras no Brasil



Fonte: Conab Elaboração: CNA

\* Previsão

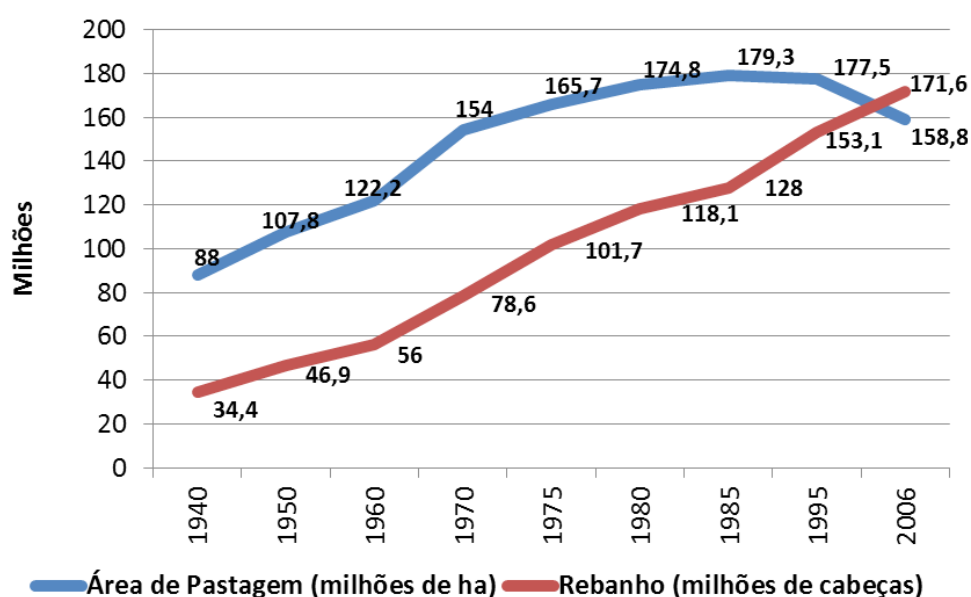
objetivo do projeto é desenvolver soluções que compatibilizem os sistemas de produção e preservação ambiental nos diferentes biomas brasileiros. A iniciativa reúne cerca de 400 pesquisadores de diferentes instituições para buscar, nos seis biomas brasileiros, novas tecnologias que promovam o uso da árvore nas propriedades rurais. Após nove anos de duração, serão mais de 100 pesquisas experimentais, envolvendo o plantio de 160 mil mudas florestais, entre exóticas e nativas, com um investimento total de R\$ 23 milhões. Ao longo desse tempo, serão beneficiados pelo menos 2.000 produtores, em cada um dos biomas, por meio de ações de capacitação e difusão das tecnologias geradas pelos pesquisadores.

O resultado exitoso de todas essas ações pode ser comprovado pelos elevados índices de produtividade da agricultura e pecuária nacionais. Em 39 anos, a produtividade das lavouras de grãos e fibras aumentou 177%, passando de 1.258 kg/hectares para 3.486 kg/hectares, ao passo que a elevação na área foi de 54% e na produção de 326% (ver Gráfico 1). Se a produtividade registrada em 1976 fosse mantida, seriam necessários 159 milhões de hectares para se produzir as atuais 200 milhões de toneladas, ou seja, quase três vezes os 57 milhões de hectares plantados<sup>4</sup>. O ganho na área gerada pode ser considerado uma poupança verde produzida pelo Brasil.

A pecuária brasileira é um segmento que cresce com base em ganhos de produtividade. De acordo com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de crescimento do rebanho bovino foi de 2,47% ao ano no período 1940-2006, enquanto a expansão das áreas de pastagem foi de 0,89%, em média (ver Gráfico 2). Consequentemente, o saldo do rebanho bovino brasileiro foi de praticamente 400%, em 66 anos, contra um crescimento de 80% na área total de pastagem.

É importante dizer que a pecuária brasileira tem aumentado a sua produção e cedido área para outras atividades. De 1996 a 2006, houve redução de 10,66% na área total de pastagens do Brasil, o que significa a liberação de 19 milhões de hectares. Isso foi possível graças aos investimentos dos pecuaristas em genética, nutrição do rebanho e outras tecnologias que contribuíram para tornar a pecuária brasileira uma das mais dinâmicas do mundo na atualidade.

**Gráfico 2: Evolução do rebanho bovino e da área de pastagem no Brasil**



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)  
Elaboração: CNA

Nesse contexto, de acordo com as projeções da FAO, para que todos tenham acesso à segurança alimentar, em 2050, será preciso um quadro econômico que corrija as desigualdades, com redução da pobreza e a produção de alimentos que leve em conta as limitações dos recursos naturais.

A agricultura e a ciência sempre responderam aos desafios de nutrir a humanidade, promovendo segurança alimentar, por meio da evolução tecnológica, da inocuidade dos alimentos e outros. Portanto, é um falso dilema colocar em contradição a produção de alimentos versus a sustentabilidade. É preciso confiar na ciência e encontrar formas de aliar o crescimento da produção de alimentos com a preservação ambiental. É nesse sentido que o Brasil pode servir de modelo para o mundo.

---

❶ Ver: FAO. *How to feed the world in 2050*. Roma: FAO, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1fjWWFX>>.

❷ Disponível em: <<http://bit.ly/1y54X91>>.

❸ Dados disponíveis no Sistema Aliceweb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Disponível em: <<http://bit.ly/1FbQU3X>>.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/1L3R4md>>.



**João Martins da Silva Junior**  
Presidente da Confederação da  
Agricultura e Pecuária do Brasil  
(CNA).

## PECUÁRIA

# A pecuária brasileira e o caminho da sustentabilidade: produzir mais, com menos

Fernando Sampaio

*A inserção do Brasil como o maior exportador global de carne bovina nos últimos anos exigiu esforços voltados à eficiência e sustentabilidade no setor. Este artigo analisa tais mudanças, com especial atenção ao GTPS, uma dessas iniciativas na área de sustentabilidade.*

A posição do Brasil como o maior exportador mundial de carne bovina fez com que o mercado acelerasse o incremento de eficiência na produção. De fato, a incorporação da tecnologia na produção pecuária aumentou de tal forma a produtividade no Brasil nos últimos anos, que houve uma redução na área de pastagem do país (ver Gráfico 1, na próxima página). Nos últimos 17 anos, enquanto as exportações de carne bovina brasileira cresceram 719%, a área de pastagens no país diminuiu 3,6%<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, o rebanho, a produção e a exportação foram fortemente impulsionados pelo mercado.

Além da redução na pressão pela abertura de novas áreas, a incorporação da tecnologia ao setor resultou no menor uso de recursos naturais e na queda das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Em 20 anos, o Brasil reduziu em 29% as emissões de CO<sub>2</sub> por quilograma de carne produzida – o melhor índice entre os grandes países produtores, segundo estudo da Universidade de São Paulo (USP)<sup>2</sup>.

Essas são algumas das contribuições do Brasil para a busca de respostas aos desafios mundiais relacionados ao aumento da produção de alimentos, ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente.

Como definiu Henning Steinfeld, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), durante o Congresso Mundial da Carne de 2010: a “intensidade é chave”. Isso significa que, quanto mais a produção é intensificada, maior é a redução nas emissões de GEE por unidade. Tais objetivos foram corroborados por Bryan Weech, da World Wide Fund for Nature (WWF), na mesma ocasião: é preciso “produzir mais, com menos”. Nesse sentido, a evolução da pecuária no Brasil adquire destaque.

## Contexto

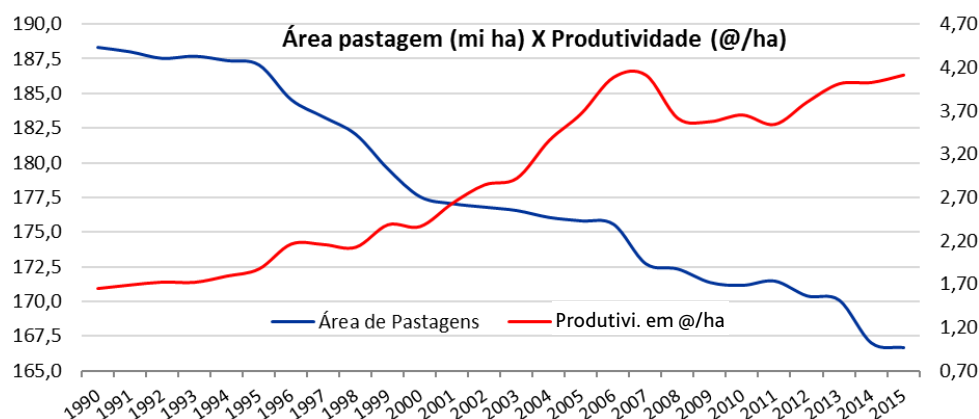
O crescimento populacional, a urbanização acelerada, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas representam desafios recentes e inéditos para as lideranças globais. O termo “desenvolvimento sustentável” foi criado para definir a busca pelo equilíbrio entre produção e crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Atividade que ocupa boa parte da área antropizada no planeta, a pecuária é fonte de subsistência para cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo todo, segundo a FAO. É, por isso mesmo, peça fundamental da equação na busca por esse equilíbrio.

A população mundial emite, atualmente, cerca de 40 bilhões de toneladas de GEE por ano<sup>3</sup>, das quais em torno de 15% são gerados pelos setores de leite e carne. Isso mostra que a pecuária tem muito a melhorar no nível global em termos de eficiência no uso de recursos naturais.

O Brasil tem uma história recente de ocupação territorial, e a pecuária desempenhou inegável papel na expansão das fronteiras agrícolas brasileiras. Contudo, como já mencionado, o incremento da produtividade permitiu a redução na área de pastagem ao mesmo tempo em que cresciam exponencialmente o rebanho, a produção e a exportação. Embora tenha sido acelerado nos últimos 17 anos, esse processo teve início muito antes disso.

**Gráfico 1 - Área de pastagem (mi ha) versus Produtividade da pecuária (@ / ha)**



Fonte: Agroconsult, com base no IBGE e indicadores

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre 1960 e 2010, a produção de carne no Brasil cresceu 3,36% ao ano. O incremento de produtividade foi responsável por 79% do aumento da produção, enquanto a expansão em área, por apenas 21%<sup>4</sup>.

Ainda de acordo com a EMBRAPA, a expansão das áreas de pastagem no Norte do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) representou menos de 6% do crescimento da produção no período entre 1996 e 2006. Os ganhos de produtividade na região tiveram um efeito "poupa-terra" sobre 73 milhões de hectares de terras<sup>5</sup>.

### O Código Florestal e o CAR

Ao mesmo tempo em que a eficiência crescia no campo e a produção aumentava, a sociedade brasileira reconhecia a necessidade da preservação da biodiversidade. Nesse sentido, foi aprovado o novo Código Florestal (2012), legislação ambiental extremamente avançada em comparação com outros países. O Código exige, por exemplo, a preservação de uma área de vegetação nas propriedades privadas em diferentes porcentagens, dependendo da região em que esse imóvel esteja situado no Brasil. Ainda, regula a proteção de encostas, lençóis d'água e nascentes, entre outros fatores.

O controle do Estado brasileiro sobre seu território também ganhou força com o uso de geotecnologia e com a implementação de mecanismos de controle previstos tanto no Código como no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

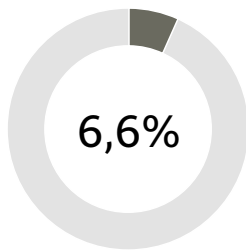
Tornado obrigatório pelo Código Florestal, o CAR é o registro público eletrônico de todas as propriedades rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais e de posse da terra. Em conjunto com os dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o CAR constitui um sistema de controle extremamente robusto, que permitirá a rápida identificação (*online*) do desmatamento, fazenda por fazenda. Por determinação da lei, todas as propriedades rurais, independentemente de sua dimensão, devem estar registradas no CAR até maio de 2016.

### Contribuição dos atores privados

Junto com instituições do Estado e da sociedade civil, o setor privado também teve sua participação na busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento e aumento de produção com preservação ambiental, engajando ativamente as cadeias de fornecimento na redução do desmatamento. Recente estudo publicado por pesquisadores da Universidade de Wisconsin-Madison<sup>6</sup> (Estados Unidos) mostra a efetividade dos acordos da indústria da carne do Brasil com o objetivo de desenvolver cadeias sustentáveis.

Esses acordos foram assinados em 2009, quando os donos dos maiores frigoríficos do Brasil se comprometeram publicamente a comprar gado somente de fazendeiros que não mais contribuíssem para o desmatamento da Amazônia. Os pesquisadores concentraram





Percentual do PIB brasileiro correspondente à pecuária

o estudo no maior frigorífico do mundo e mapearam os locais e o histórico do uso da terra de cada um de seus fornecedores, antes e depois de 2009. O estudo conclui que esses acordos resultaram na queda radical do desmatamento nas fazendas que abastecem esse frigorífico. Segundo a pesquisa, 4 em cada 10 fornecedores haviam desmatado antes de 2009. Em 2013, esse número caiu para 4 em cada 100.

Ainda, somente 2% dos fornecedores do maior frigorífico do país haviam registrado suas propriedades no CAR antes de 2009. Nos primeiros cinco meses dos acordos, esse percentual saltou para 60% e, até 2013, quase todos os fornecedores já haviam providenciado o registro.

### GTPS

Outra iniciativa inovadora no país foi a criação, em 2009, do Grupo de Trabalho para a Pecuária Sustentável (GTPS), que inclui atividades de toda a cadeia produtiva, dos insumos ao varejo, além de organizações não governamentais e instituições financeiras para debater e propor soluções aos desafios da sustentabilidade.

Em junho de 2013, o projeto foi aprovado e passou a receber recursos do Programa de Apoio ao Fazendeiro (FSP, sigla em inglês), da Holanda, gerido pela Fundação Solidaridad Network. Com o apoio do FSP, o GTPS ajuda a financiar um programa de aplicação e disseminação de boas práticas de gestão, incentivos aos produtores, os indicadores de progresso e os mecanismos de divulgação.

O Grupo começou com 7 projetos de unidades demonstrativas, desenvolvidos em 5 estados estratégicos (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Bahia), com forte presença no bioma da Amazônia. São 800 produtores e mais de 800.000 hectares já transformados para mostrar que é possível produzir mais, com menos. Agora, o GTPS está desenvolvendo, por meio de uma discussão ampla e participativa, seus próprios indicadores para avaliar essa transformação.

No final de 2014, o GTPS assinou um convênio com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para divulgar internacionalmente as iniciativas brasileiras frente às demandas por responsabilidade socioambiental ao longo da cadeia de valor da pecuária. O objetivo do projeto é promover o desenvolvimento e fortalecer a imagem de sustentabilidade da pecuária brasileira no mercado internacional.

### Impacto social

A sustentabilidade, é importante lembrar, baseia-se em um tripé ambiental, econômico e social. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), o agronegócio responde por 22% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, e a pecuária representa 30% do agronegócio brasileiro.

O impacto dos ganhos de produtividade na pecuária brasileira também pode ser observado nos cálculos usados pela série histórica do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) relacionados à cidade de São Paulo. Em junho de 2010, o preço da carne, medido em termos reais, era cerca de 30% menor do que os consumidores pagavam em novembro de 1973.

O aumento de produtividade permitiu a queda nos preços e contribuiu para que, no próprio Brasil, mais pessoas comessem carne. Além disso, o desenvolvimento do setor tem efeito direto sobre a redução da pobreza do país, na medida em que mais pessoas se beneficiam, direta ou indiretamente, de um sistema agroindustrial que movimenta US\$ 170 bilhões no país, gerando emprego e renda em regiões carentes de oportunidades.

### Conclusão

Às custas de muito trabalho, pesquisa e inovação, o sistema de produção de alimentos no Brasil tem criado um modelo de desenvolvimento cada vez mais eficiente no uso de recursos naturais e, portanto, cada vez mais capaz de associar produção à conservação.

Os avanços são inegáveis. Mais um exemplo é o projeto-piloto do GTPS no município de São Félix do Xingu (Amazônia), com uma área de 8,5 milhões de hectares, o equivalente a duas vezes e meia o tamanho da Bélgica. O projeto está localizado dentro do município que possui o maior rebanho do Brasil, com 2 milhões de cabeças. Mantém cerca de 73% de sua área original de floresta, 60% dos quais consistem em áreas de proteção ambiental, incluindo Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Entre os resultados alcançados, destaca-se que 80% das fazendas privadas no município já estão registradas no CAR.

Em 2006, os dados indicavam uma área de 782 quilômetros quadrados de desmatamento no município. Em 2012, a área de desmatamento caiu para 166 quilômetros quadrados. A meta é, dentro de dois anos, expandir a produção atual de 0,8 cabeça/hectare para 3-4 cabeças/hectare.

Aliada à eficiência no campo e à agroenergia, a recuperação de áreas degradadas transformará o Brasil em credor no mercado de carbono mundial. Na verdade, a melhoria das pastagens e a recuperação de áreas degradadas, estabelecidas no Código Florestal e impulsionadas pelo uso de novas tecnologias, podem ajudar a pecuária a inverter a equação da emissão de GEE, tornando a atividade um sumidouro de carbono, e não mais uma fonte de emissões.

Todos os atores econômicos envolvidos no trabalho da Pecuária Sustentável sabem a dimensão exata dos pontos de estrangulamento para atingir metas. O grande desafio é a implementação de práticas sustentáveis da pecuária na região amazônica. Primeiramente, pelo tamanho territorial: apenas a título de comparação, a Colômbia tem 1,1 milhão de hectares, enquanto apenas o estado do Pará ocupa 1,2 milhão de hectares. Em segundo lugar, pela dimensão da cadeia de produção, que engloba desde o fornecimento de gado, o abate e a manufatura, até o varejo.

Obviamente existem ainda desafios imensos, que envolvem o acesso a crédito e a disseminação de tecnologia na produção, a segurança jurídica e mecanismos de gestão territorial. Porém, sabemos que, se continuarmos o trabalho que tem sido desenvolvido, o país será um líder no setor e um exemplo para o mundo. E, em um mundo em busca de modelos e lideranças, a experiência brasileira de construção de um consenso pode apontar um caminho.

- 
- ❶ Ver: Martha Junior, G.B. Alves, E.; Contini, E. Land-saving approaches and beef production growth in Brazil. In: *Agricultural Systems*, vol. 110, 2012, pp. 173-7.
  - ❷ Ver: Rodrigues, P. H. M.; Meyer, Paula Marques. Evolution of enteric methane production by the largest beef exporter countries in the last 20 years. In: *XXI Reunión Anual de la Asociación Latinoamericana de Producción Animal*. San Juan: ALPA, vol. 21, 2009, pp. 479-83.
  - ❸ Ver: Quéré, C. Le et al. Global carbon budget 2013. In: *Earth System Science Data*, vol. 6, 2013, pp. 689-760. Disponível em: <<http://bit.ly/1dBrdUE>>.
  - ❹ Ver: Martha Junior, G.B. et al., 2012.
  - ❺ Ver: Martha Junior, G.B. et al., 2012.
  - ❻ Ver: Gibbs, Holly K. Did Ranchers and Slaughterhouses Respond to Zero-Deforestation Agreements in the Brazilian Amazon? In: *Conservation Letters*. vol. 0, n. 0, abr. 2015, pp. 1-10. Disponível em: <<http://bit.ly/1GjfuDW>>.



**Fernando Sampaio**  
Diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e integrante da Comissão Executiva do GTPS.

## BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS

# O comércio internacional de alimentos e o desafio das barreiras não tarifárias

Renato Rezende de Campos Souza

*À luz dos debates sobre barreiras não tarifárias nos principais comitês da OMC e de algumas medidas específicas nessa matéria, este artigo mostra a relevância do equilíbrio entre, de um lado, a prerrogativa dos Estados de formular políticas atentas à saúde da população e, de outro, a necessidade de evitar práticas protecionistas no comércio internacional.*

O comércio internacional de alimentos é tema permanente nas relações econômicas entre os países. Os debates nessa seara partem do princípio de que os Estados têm a prerrogativa de elaborar regulamentações nacionais. Por outro lado, o impacto dessas normativas sobre o comércio internacional levanta questões quanto ao uso dessas medidas como protecionismo. Ademais, a adequação dos exportadores aos diferentes requisitos definidos nas legislações nacionais envolve custos e, portanto, tem efeitos significativos sobre a competitividade dos produtos nos mercados externos.

É nesse ambiente que se insere a questão das barreiras não tarifárias no comércio internacional. Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, o mercado internacional de alimentos movimentou cerca de US\$ 1,46 trilhão, com as exportações lideradas pela Europa (41,9%), seguidas por Ásia (21%), América do Norte (14,6%) e América do Sul e Central (13,6%)<sup>1</sup>. Considerando a dimensão desse mercado, este artigo analisa o impacto das barreiras não tarifárias sobre o comércio internacional de alimentos.

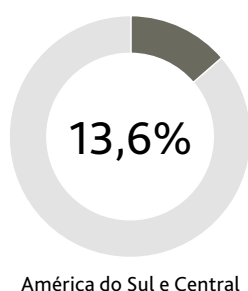
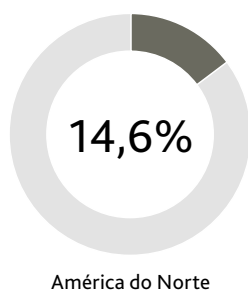
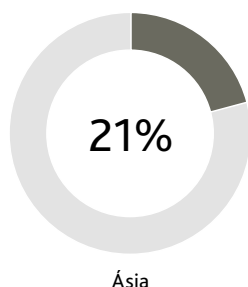
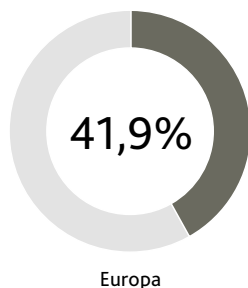
Antes de tudo, cabe recordar que a redução nas tarifas, estabelecida pelo Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês), de 1947, evidenciou o efeito das regulações domésticas no contexto internacional e a adoção de novas formas de protecionismo. Isso levou à necessidade de aprimorar o arranjo existente a fim de coibir tais práticas. Nesse contexto de redução dos obstáculos tarifários, as barreiras não tarifárias tornaram-se cada vez mais relevantes.

Na Rodada Uruguai, constatou-se a necessidade de melhor regular esse assunto sem, contudo, interferir na prerrogativa do Estado de proteger sua população, evitando, ao mesmo tempo, que tais medidas causassem distorções desnecessárias ao comércio. Portanto, o tema trata diretamente da sensível relação entre saúde e comércio internacional.

Entre os acordos negociados na Rodada Uruguai, este artigo concentra-se em dois textos que visam a evitar que tais medidas configurem práticas de protecionismo e, para tanto, estimulam a adoção de normas de referência internacional. O primeiro deles é o Acordo da OMC sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, sigla em inglês), que trata de normas, regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação de conformidade. A norma, cuja aplicação é voluntária, constitui um documento aprovado por um órgão reconhecido, que provê, para uso comum e repetido, regras, guias ou características para produtos ou processos relacionados e métodos de produção. Por sua vez, os regulamentos técnicos são de caráter obrigatório e abrangem documentos que definem as características dos bens ou seus métodos de produção e processos relacionados, incluindo disposições administrativas.

O segundo texto para o qual atenta este artigo é o Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês), que possui interface direta com os temas relacionados a controle sanitário de alimentos, ainda que trate especificamente de segurança ou inocuidade dos alimentos comercializados internacionalmente. Nesta última esfera temática, destacam-se os riscos advindos de aditivos, contaminantes,

### Continentes líderes na exportação de alimentos:



toxinas, organismos patógenos, resíduos de pesticidas e de medicamentos veterinários em alimentos e bebidas.

Ainda, destaca-se o CODEX Alimentarius, órgão intergovernamental, referenciado no Acordo sobre SPS e estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O CODEX Alimentarius busca estimular o controle sobre os riscos relacionados ao consumo desses produtos e facilitar o comércio internacional de alimentos<sup>2</sup>. Para tal, constitui um código de normas que buscam, entre outros aspectos, estabelecer alguns critérios mínimos capazes de harmonizar as diversas exigências nos mais distintos países. Tais regras tratam da qualidade higiênica e nutricional de alimentos e incluem padrões microbiológicos, aditivos alimentares, resíduos de pesticidas e drogas veterinárias, contaminantes, rotulagem e apresentação e métodos de amostragem e análise de risco.

Um caso emblemático de barreira não tarifária no comércio de alimentos refere-se à rotulagem. Recentemente, muitos países têm alterado sua legislação sobre o assunto, o que tem gerado reclamações no âmbito multilateral, regional e bilateral. Com efeito, o tema da rotulagem de alimentos tem sido objeto de debates recorrentes nas reuniões do Comitê sobre TBT da OMC: diversas delegações têm abordado o assunto em reuniões bilaterais ou apresentado preocupações comerciais específicas (PCEs) – forma com que os membros expressam sua preocupação quanto ao impacto, potencial ou efetivo, de tais medidas sobre sua indústria, seus exportadores e consumidores.

Em novembro de 2014, as PCEs tomaram a maior parte da reunião do referido Comitê. Nessa reunião, foram apresentadas 53 PCEs, das quais 6 questionavam medidas ligadas à rotulagem de alimentos (11,3% do total). Na reunião de junho de 2014, o tema foi objeto de 5 das 44 PCEs registradas (11,4%) e, em março do mesmo ano, 4 das 51 PCEs tratavam de medidas de rotulagem (7,8%).

De modo similar, em 2014, nas três reuniões do Comitê sobre TBT, 11 membros questionaram o Equador por medida adotada em matéria de rotulagem; 11 membros condenaram uma política chilena; 6 países reclamaram sobre uma medida indiana; 5 questionaram medidas da Indonésia e do Peru; e 2 apresentaram queixa contra medida adotada pela África do Sul. Entre os membros reclamantes, destacam-se: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Japão, México, Nova Zelândia, Peru, Suíça e União Europeia (UE)<sup>3</sup>.

As preocupações mencionadas acima referem-se, por exemplo, a sistemas de alerta na área de saúde, como o "semáforo". Trata-se de uma sinalização impressa no rótulo do produto alimentício (com verde e vermelho), que indica se seus componentes são ou não saudáveis. No entanto, nem toda normativa sobre esse assunto gera questionamentos na OMC: um desses casos é a Regulação No. 1.169/2011 da UE, que não resultou em qualquer queixa, em contraste com a medida adotada pelo Chile, que tem sido objeto de preocupação por parte dos exportadores.

---

*[O CODEX Alimentarius] busca estimular o controle sobre os riscos relacionados ao consumo desses produtos e facilitar o comércio internacional de alimentos. [Para tal, estabelece] alguns critérios mínimos capazes de harmonizar as diversas exigências nos mais distintos países. Tais regras tratam da qualidade higiênica e nutricional de alimentos*

---

## 7.652 toneladas

Quantidade de sódio retirada de produtos alimentícios no Brasil entre 2011 e 2014.

## 28.562 toneladas

Meta de quantidade de sal a ser retirada de produtos alimentícios até 2020.

Com vistas a reduzir a obesidade da população e doenças crônicas não transmissíveis decorrentes de alimentação menos saudável e inadequada em termos nutricionais, países como o Chile têm adotado normativas que, a juízo de outros membros da OMC, criam obstáculos desnecessários ao comércio, não seguem referências internacionais e não têm justificativa científica.

Alguns países exigem que advertências como "Alto em..." ou "Excesso de..." sejam incorporadas ao rótulo, de modo a indicar situações em que haja excessiva quantidade de valor calórico ou de determinado nutriente (como sódio, gorduras e açúcares). Tais alertas são apresentados na forma de sinais gráficos, em cores e formatos que podem causar temor ao consumidor. São questionáveis, por exemplo, classificações com base na quantidade de nutrientes feitas sem qualquer referência institucional ou respaldo científico.

As recomendações da OMS sobre a diminuição da ingestão de nutrientes como açúcares livres, sal (sódio) e gordura referem-se à dieta da população. Ou seja, não é possível avaliar um alimento sem que este seja inserido no contexto da alimentação diária. Além disso, quando legislações como aquela adotada pelo Chile valoram, sem respaldo científico, os aspectos nutricionais de alimentos, acabam por impor obstáculos desnecessários ao comércio e podem violar o Acordo sobre TBT, uma vez que não observam as normas internacionais relevantes sobre o tema.

Portanto, qualquer classificação sobre a quantidade de nutrientes em alimentos deve seguir os parâmetros e critérios elaborados pela comunidade científica internacional e pelas recomendações dos organismos internacionais como o CODEX Alimentarius e a OMS. A norma do CODEX, "Diretrizes Gerais do Codex sobre Declarações de Propriedades, CAC/GL 1-1979, Rev. 1-1991", estabelece, em seu artigo 3, que devem ser proibidas as declarações de propriedades dos alimentos que possam gerar dúvidas sobre a qualidade ou provocar medo no consumidor. Nesse sentido, a obrigatoriedade do uso das advertências "Alto em..." ou "Excesso de..." pode induzir o consumidor ao erro quanto às propriedades do alimento e à sua segurança, contrariando a norma CODEX.

Apesar da legitimidade do Estado em proteger a saúde humana, comumente evocada como justificativa para a adoção dessas medidas, parte delas contempla dispositivos que poderiam ser substituídos por exigências alternativas, que alcançariam os mesmos objetivos. Além disso, é possível elaborar políticas públicas de menor impacto comercial e com nível de eficácia superior, tais como acordos voluntários de redução gradual de nutrientes, incentivo à prática de esportes, entre outros programas de conscientização.

No Brasil, por exemplo, além da adoção de programas de incentivo à prática esportiva e do Guia Alimentar para a População Brasileira, que especifica cuidados e caminhos para uma alimentação saudável, saborosa e balanceada, foi assinado um acordo com a indústria para a redução do teor de sódio nos alimentos, com cronograma definido, produtos-alvo e metas. Nesse contexto, alimentos como maionese, mistura para bolos e salgadinhos reduziram o teor de sódio em até 10% nos últimos três anos, segundo dados do Ministério da Saúde<sup>4</sup>. De 2011 a 2014, 7.652 toneladas de sódio foram retiradas de produtos

---

*Apesar da legitimidade do Estado em proteger a saúde humana, (...) [parte das medidas desse gênero] contempla dispositivos que poderiam ser substituídos por exigências alternativas, que alcançariam os mesmos objetivos (...) tais como acordos voluntários de redução gradual de nutrientes*

---



alimentícios no Brasil por meio de compromisso firmado pelo Ministério da Saúde e pela Associação das Indústrias da Alimentação (ABIA). A meta do governo é de que, até 2020, o setor promova a retirada voluntária de 28.562 toneladas de sal do mercado. O acordo entre o governo e a indústria no setor de alimentos conta, ainda, com outras duas etapas. O cumprimento das metas, que envolvem os produtos mais consumidos pela população, contribuirá para reduzir o consumo de sódio diário no país para menos de 2 miligramas (mg) por pessoa (cerca de 5 gramas de sal)❸.

Como vimos, o comércio internacional de alimentos é tema sensível para importadores e exportadores. Cabe, portanto, aos agentes governamentais e privados aprofundarem as discussões sobre regulamentações técnicas, sanitárias e fitossanitárias de forma a enfrentar o desafio cotidiano de buscar soluções para, de um lado, resguardar a prerrogativa de formulação de políticas públicas e, de outro, evitar que tais políticas distorçam desnecessariamente o comércio internacional, zelando pelos compromissos assumidos junto ao regime multilateral de comércio.

---

❶ Disponível em: <<http://bit.ly/1QVQI9p>>.

❷ Ver: Lancini, Juliana Ghizzi Pires. *Controle sanitário de alimentos e negociações comerciais internacionais: uma abordagem sobre o binômio saúde-comércio internacional*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Brasília: UNB, 2004.

❸ Os dados deste parágrafo e do anterior foram retirados de: WTO. *Twentieth Annual Review of the Implementation and Operation of the TBT Agreement*. (G/TBT/36). Genebra: WTO, 23 fev. 2015.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/1MSkBO2>>.

❺ Disponível em: <<http://bit.ly/1lwiv7i>>.



**Renato Rezende de Campos Souza**

Coordenador-geral de Temas Multilaterais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

## PADRÕES PRIVADOS

# A ameaça dos padrões privados à OMC

Vera Thorstensen, Andreia Vieira, Fernanda Kotzias

*Existe um novo desafio no comércio internacional: a multiplicação de padrões privados. Se, de um lado, eles podem abrir mercados, de outro, podem constituir uma barreira ao comércio global – e, nesse sentido, uma séria ameaça às regras da OMC. Este artigo analisa esse quadro e discute uma proposta de meta-regulação para os padrões privados.*

Nas últimas décadas, muitos estudiosos têm discutido os impactos da globalização e dos fenômenos a ela relacionados, como a necessidade de uma governança global que contemple a multiplicação de atores internacionais, a proliferação de diferentes normas e a preocupação diante da pluralidade de “reguladores” e “regulações”. Como consequência, os principais atores da arena internacional passaram a empregar uma nova linguagem dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC) – convergência, coerência e cooperação regulatória – e a incluir tais conceitos nas negociações de uma nova geração de acordos preferenciais, como o acordo entre Estados Unidos e Coreia do Sul, ou aquele assinado entre a União Europeia (UE) e a Coreia do Sul.

A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) tem direcionado especial atenção à cooperação regulatória como o principal benefício para o comércio entre Estados Unidos e UE, tendo em vista que muitos países recorrem a regras para reestabelecer formas de proteção que foram restringidas pela liberalização do comércio. A TTIP inclui temáticas regidas pela OMC, como procedimentos aduaneiros, barreiras técnicas ao comércio (TBT, sigla em inglês), medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS, sigla em inglês) e serviços. Ainda, busca expandir as regras para novos temas, como mudanças climáticas, investimentos, concorrência e economia digital. O acordo ignora, no entanto, os impactos dessa nova abordagem sobre os direitos e obrigações de todos os membros da OMC, negociados nos últimos 70 anos.

As iniciativas governamentais e multilaterais não têm sido capazes de responder aos desafios globais que se propagam com a “emergência das iniciativas regulatórias não estatais”, as quais tratam de produção, processo produtivo e cadeias de abastecimento em todo o globo, a partir de um conjunto de padrões privados não governamentais. Tais regras seriam destinadas a temáticas diversas e complexas, como segurança alimentar, proteção ambiental, condições trabalhistas e proteção dos direitos humanos.

No que concerne às vantagens da coerência/cooperação/convergência regulatória, advoga-se que tais iniciativas constituiriam oportunidades para simplificar, modernizar e garantir elevados padrões de práticas regulatórias. Aos governos, caberia a promoção de transparência, notificações e consultas. O objetivo seria garantir um processo regulatório justo, eficiente e aberto, com vistas a um maior envolvimento das partes interessadas e, principalmente, habilitando reguladores por meio da incorporação de recomendações e conhecimentos fundamentais ao processo de regulação. Defende-se que tal postura facilitaria o crescimento econômico nacional ao garantir que as regulações seriam compreendidas e eficientemente implementadas – sem a criação de barreiras inadvertidas ao comércio.

Em termos setoriais, a cooperação regulatória garantiria elevados níveis de proteção à saúde humana e ao meio ambiente, promovendo simultaneamente a proteção de recursos e a redução de custos tanto para os governos quanto para as indústrias, a partir de uma interação mais eficiente entre os diferentes regimes regulatórios. Isso porque a cooperação regulatória obrigaria uma abordagem mais eficiente, transparente e de melhor custo-benefício entre as regulações nacionais de parceiros comerciais, respeitando a soberania estatal e os requisitos legais de todas as jurisdições.

Assim, a promoção de um entendimento comum dos regimes regulatórios e das obrigações criadas em nível setorial poderia ajudar a reduzir as incompatibilidades regulatórias e a construir a confiança entre os reguladores. Em última análise, a cooperação regulatória poderia impedir a criação de barreiras não tarifárias relacionadas às divergências regulatórias desnecessárias, que prejudicariam a competitividade econômica.

O grande problema é que a negociação entre sistemas regulatórios não foi ainda introduzida no sistema multilateral de comércio e, como tal, está criando uma série de barreiras ao comércio para os países em desenvolvimento.

### Principais preocupações relacionadas aos padrões privados

Em geral, os padrões privados são modelos elaborados por entidades não governamentais, sejam elas empresas privadas ou organismos não governamentais. Esses padrões privados englobam tanto as normas internacionais emanadas pela Organização Internacional de Normalização (ISO, sigla em inglês) quanto as normas desenvolvidas por empresas transnacionais, além de padrões de sustentabilidade defendidos por entidades não governamentais.

A despeito das possíveis vantagens de sua existência, os padrões privados têm despertado muitas preocupações e colocam uma série de desafios ao sistema multilateral de comércio. Entre eles, o Fórum das Nações Unidas sobre Padrões de Sustentabilidade (UNFSS, sigla em inglês) destaca:

- 1 multiplicidade e sobreposição de padrões privados em operação, o que implica a falta de harmonização e equivalência de padrões semelhantes, incluindo os custos de conformidade, uma vez que existem vários padrões para um único produto;
- 2 marginalização dos pequenos produtores e dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo devido a padrões complexos, rigorosos e multidimensionais;
- 3 preocupação de que os padrões privados ameacem a estrutura e aplicabilidade dos Acordos da OMC sobre TBT e SPS;
- 4 risco de que os padrões privados encobrem medidas arbitrárias e protecionistas e que ameacem toda a estrutura globalizada de liberalização do comércio;
- 5 multiplicação de padrões privados que pode gerar riscos aos objetivos sustentáveis e criar confusão entre produtores e consumidores ("green-washing");
- 6 falta de uma abordagem multidimensional que pode gerar riscos para a formulação de padrões privados, visto que muitas dessas regras não são baseadas em fatos científicos;
- 7 e efeitos, gerados por muitos padrões privados que fazem parte das cadeias globais de valor, sobre políticas e prioridades nacionais e impactos na capacidade de comércio dos países exportadores.

**Tabela 1: Exemplos de padrões privados**

Criados por empresas individuais	Criados por órgãos nacionais	Criados por órgãos internacionais
Nature's Choice (TESCO)	Assured Food Standards (UK)	GlobalGAP
Filières Qualité (Carrefour)	British Retail Consortium Global Standard	International Food Standard
Field-to-Fork (Marks & Spencer)	Freedom Food (UK)	Safe Quality Food (SQF) 1000/2000
Filière Contrôlée (Auchan)	Qualität Sicherheit (QS)	Marine Stewardship Council (MSC)
P.Q.C. (Percorso Qualità Conad)	Assured Combinable Crops Scheme (UK)	Forest Stewardship Council (FSC)
Albert Heijn BV: AH Excellent	Farm Assured British Beef and Lamb	
	QC Emilia Romagna	
	Stichting Streekproductie Vlaams Brabant	

Fonte: OMC - SPS Committee

## Oferta de esquemas privados de certificação na UE:

1  
1965

5  
1980

37  
1995

181  
2010

Fonte: Comissão Europeia (2010)

Em resumo, todas as preocupações mencionadas dizem respeito a dois pontos principais: legitimidade e responsabilidade. As preocupações relacionadas à legitimidade buscam responder, por exemplo, a questões sobre quem produz tais normas/padrões; e de onde emana a autoridade para isso. Por outro lado, as preocupações relacionadas à responsabilidade estão relacionadas a perguntas como: i) há base científica para a criação desses padrões?; e ii) quem responde sobre o estabelecimento de padrões privados no caso de uma falha de mercado/governo e em uma perspectiva do sistema multilateral de comércio?

### Algumas propostas para lidar com os padrões privados

Diante dessa realidade, algumas propostas podem ser oferecidas para tratar do tema:

1) Proposição de uma nova terminologia para os padrões privados – “padrões de mercado” –, com o objetivo de diferenciá-los de outras normas internacionais privadas, elaboradas no âmbito de órgãos reconhecidos, como a ISO.

Apesar da falta de consenso em torno da definição de “padrão privado”, deve-se compreender que os padrões privados são padrões internacionais e que seu caráter não governamental não os exclui do sistema multilateral de comércio. Pelo contrário, podem ser acomodados dentro dos Acordos sobre TBT e SPS, tendo em vista que, apesar de sua natureza voluntarista, tais padrões são *de facto* obrigatórios e sempre que forem adotados por governos poderão ser submetidos à análise dos Comitês sobre TBT e SPS.

2) Proposição para a negociação de uma meta-regulação, com o intuito de focar nos problemas globais relacionados à proliferação de padrões privados e lidar com a sua complexidade. É imperativo criar uma meta-regulação, possibilitando a construção de uma meta-estrutura que permita a negociação de princípios básicos, regras e instrumentos de implementação, conformidade, fiscalização e resolução de conflitos.

A proliferação de padrões privados trouxe grandes desafios em termos de legitimidade de criação e definição de tais normas, bem como questões para a prestação de contas e responsabilidade do Estado em relação ao comportamento dos organismos que os tenham emitido. Assim, a meta-regulação apresenta-se como chave para abrandar as preocupações relacionadas aos padrões privados.

Alguns aspectos desse esforço em prol de uma meta-regulação já estão em curso, ainda que divididos em diferentes setores e áreas estratégicas. Em geral, até o presente momento, os esforços de meta-governança existentes tomaram a forma de uma colaboração orientada internamente entre um grupo limitado de pares de um mesmo setor que, compartilhando de uma mesma opinião, objetivam influenciar outros padrões. No entanto, a sua baixa eficiência – como apontam documentos e trabalhos acadêmicos diversos – também está relacionada à legitimidade e à responsabilidade, uma vez que eles não diminuem o problema global da proliferação de normas, da falta de padronização e da

---

*Alguns aspectos desse esforço em prol de uma meta-regulação já estão em curso (...). No entanto, a sua baixa eficiência (...) também está relacionada à legitimidade e à responsabilidade, uma vez que eles não diminuem o problema global da proliferação de normas, da falta de padronização e da confusão geral entre produtores e consumidores.*

---

## Um exemplo de padrão privado brasileiro: o selo ABIC

- Criado em 1989
- 459 torrefadoras participantes
- 1.148 marcas de café

Fonte: ABIC (2014)

confusão geral entre produtores e consumidores, permitindo que o mercado esteja livre para decidir o que fazer.

Devido às iniciativas fragmentadas do processo de meta-regulamentação para os padrões de mercado, surge a necessidade de reforçar o relacionamento entre os interessados e de um melhor entendimento entre os vários atores envolvidos.

3) Proposição para a criação de um órgão internacional para os padrões privados, que assumiria a responsabilidade pela negociação de regras básicas e pela representação das partes interessadas frente à OMC – meta-organização responsável pela regulamentação do comércio – e a seus acordos-marco sobre TBT e medidas SPS.

Acredita-se que uma estrutura multilateral capaz de reunir partes interessadas – tais como a ISO, o UNFSS e o Centro Internacional do Comércio (ITC, sigla em inglês) – conseguiria reunir um maior número de partes interessadas e poderia ter maior legitimidade sobre a fixação da meta-regulação em padrões de mercado. Isso permitiria a diminuição de problemas como “*greenwashing*”, práticas anticoncorrenciais e irregularidades nas atividades de definição dos referidos padrões.

Um dos maiores desafios seria a escolha de um modelo de meta-regulação baseado em “secretariado” ou “associação”. Um sistema de associação – como aquele estabelecido pela ISO – geraria maior apoio para o processo de meta-regulação entre as organizações e os Estados e, talvez, conduziria mais facilmente a uma colaboração plurilateral ou multilateral. Por outro lado, um modelo baseado em secretariado, como aquele adotado pelo UNFSS, teria mais autonomia e, assim, poderia levar a um processo de meta-regulação que operasse mais rápido, de forma mais decisiva e produtiva. Nesse sentido, não se deve esquecer que o objetivo principal seria alcançar maior eficácia.

Por apresentarem um alcance global, conhecimento extenso, forte legitimidade, neutralidade e capacidade de agir como uma porta de entrada para um maior envolvimento de governos, as agências das Nações Unidas estariam particularmente bem posicionadas para obter sucesso no papel de meta-governança – em especial, o UNFSS. Na verdade, sob os auspícios do UNFSS, plataformas nacionais estão sendo construídas na China e na Índia, com vistas a constituir pontos focais da agência para coordenar a normalização composta por setor público/privado e os formuladores de políticas. Com isso, o UNFSS busca estabelecer um sistema de *feedback* que construiria um cenário completo para os padrões privados.

Em adição, deve-se considerar o significativo trabalho desenvolvido por alguns organismos privados, tais como a ISO, o UNFSS, a Comissão Internacional de Eletrotécnica (IEC, sigla em inglês), as principais plataformas de padrões privados como o ITC, assim como o trabalho de vários órgãos governamentais, como o Codex e a Organização Mundial de Saúde Animal (também conhecida como Organização Internacional das Epizootias – OIE). A complexidade das demandas comerciais globais impõe que algumas regras básicas, como transparência, não discriminação, prestação de contas e supervisão, sejam negociadas dentro desse novo conjunto de normas.

Da mesma forma com que as regras da OMC estabelecem, no âmbito das TBT e das medidas SPS, a criação de pontos focais dentro de órgãos do governo, os padrões de mercado também deveriam ter seu ponto focal em todos os países interessados. Esses pontos focais deveriam ser acomodados em uma entidade de padronização privada e estariam preparados para lidar com questões relacionadas às diferentes barreiras ao comércio causadas pela proliferação de padrões de mercado. Ainda, esses pontos focais nacionais poderiam ser organismos conjuntos que combinariam as funções e equipes de diferentes organismos nacionais públicos e privados. Tal iniciativa certamente reforçaria a legitimidade e a responsabilidade – principais preocupações nos esforços pontuais para a meta-regulação dos padrões de mercado – e envolveria diretamente governos, entidades não governamentais e o setor privado, nivelando, assim, o cenário de atuação nos países em desenvolvimento.



4) A discussão sobre os padrões privados foi iniciada na OMC em 2005 e teve sua condução concentrada no Comitê de medidas SPS. Todavia, é um equívoco estratégico não se levar o debate sobre a definição e impactos de padrões privados ao Comitê sobre TBT da OMC, uma vez que os padrões privados são, por excelência, normas relacionadas com a sustentabilidade e proteção do consumidor, as quais se enquadram no âmbito do Comitê sobre TBT.

### **Considerações finais**

Em resumo, este breve artigo defende a criação de um organismo internacional voltado à governança dos padrões privados. Tal instituição assumiria a responsabilidade de negociação das regras básicas para o gerenciamento desses padrões e representaria seus membros e suas partes interessadas perante outros organismos internacionais de comércio, tais como a OMC.

Além disso, a cooperação regulatória deveria ser encarada como uma oportunidade não só para definir padrões, mas para promover práticas comuns, compartilhamento de recursos e transparência. Diante do impacto significativo dos padrões privados sobre o comércio, é importante reconhecer que esse tema deve ser seriamente discutido dentro da OMC, nos Comitês sobre TBT e medidas SPS. A recusa a enfrentar tais problemas tem permitido a criação de padrões que podem ameaçar seriamente a OMC. No final, os efeitos de padrões privados sobre o comércio internacional são claramente de responsabilidade dos governos, que representam os Estados membros da OMC. Portanto, devem ser tratados no âmbito desta Organização.

Padrões caracterizados como privados, de mercado, não governamentais e transnacionais, seja qual for o nome escolhido, tornaram-se uma grande área cinzenta, que pode minar toda a meta-estrutura da OMC, criada com grande esforço por seus membros ao longo dos últimos 70 anos – motivo pelo qual o assunto em questão é urgente e não pode ser negligenciado.

---

#### **Vera Thorstensen**

Professora da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, e diretora do Centro de Comércio Internacional e Investimentos (CCGI) da FGV.

---

#### **Andreia Vieira**

Pesquisadora do CCGI.

---

#### **Fernanda Kotzias**

Pesquisadora do CCGI.

# Informações úteis

## **Apex-Brasil promove evento sobre comércio internacional de alimentos na Expo Milão**

A Exposição Universal ocorre a cada cinco anos. A edição de 2015 será realizada em Milão (Itália), em torno do tema "Alimentando o planeta, energia para a vida". Nesse contexto, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) promoverá, entre 23 e 25 de junho, a mesa-redonda "Buscando Soluções para o Comércio Internacional de Alimentos". O evento, parte das atividades do pavilhão brasileiro na ExpoMilão 2015, será uma excelente oportunidade para a troca de percepções sobre temas de cooperação internacional e facilitação do comércio que envolvam a comercialização de produtos agrícolas entre Brasil, União Europeia (UE) e África. O evento da Apex-Brasil será composto por cinco seminários, que reunirão especialistas para tratar dos seguintes temas: i) cooperação Brasil-África para a produção e o comércio sustentáveis no setor agrícola; ii) o papel da biotecnologia na cadeia agricultura-alimentos; iii) barreiras não tarifárias e regulatórias no comércio agrícola internacional; iv) bens agrícolas tradicionais da biodiversidade e comércio internacional; e v) produção e sustentabilidade na produção de alimentos agrícolas no Brasil. O presente número do Pontes reúne as contribuições de alguns dos participantes da mesa-redonda organizada pela Apex-Brasil. Para saber mais informações, acompanhe a [página do evento](#).

## **Regulamentação da Lei da Biodiversidade está em fase de consulta pública**

Em 12 de junho, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) abriu consulta pública sobre a regulamentação da Lei da Biodiversidade (Lei No. 13.123/2015), que será lançada pelo governo federal em setembro. A Lei trata do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, bem como da repartição dos benefícios oriundos desse acesso. Com base nas contribuições populares, será elaborado um mapa dos temas e artigos prioritários e sensíveis. "É importante que toda a sociedade participe para que o Governo possa elaborar uma regulamentação que atenda, da melhor maneira possível, tanto as empresas e institutos de pesquisas que usam a biodiversidade, quanto os povos indígenas, as comunidades tradicionais e agricultores familiares detentores do conhecimento tradicional associado", explicou o diretor de Patrimônio Genético do MMA, Rafael Marques. As contribuições, sugestões e propostas podem ser enviadas até o final de julho. Para saber mais e preencher o formulário, clique [aqui](#).

## **UERJ sedia debate sobre o futuro do Mercosul**

A Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sediará o debate "Fortalecer o Mercosul, ou olhar para o mundo?", organizado pela Economus Consultoria Júnior. Para discutir os desafios comerciais do Brasil frente ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), o evento contará com a participação de Honório Kume, professor de Economia na UERJ; Lia Valls Pereira, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professora de Economia na UERJ; Paulo Velasco, professor de Relações Internacionais da UERJ e do curso Clio; e Jorge Cláudio Cavalcante, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e professor de Economia da UERJ. O debate será realizado em 29 de junho, das 14h às 17h, na Faculdade de Direito da UERJ, localizada à Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar, Maracanã, Rio de Janeiro. Clique [aqui](#) para mais informações.

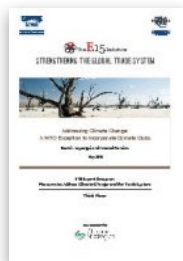
## **Centros de pesquisa da USP debatem Brasil nas relações internacionais**

O Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), em conjunto com os Programas de Pós-Graduação em História Econômica e em Ciência Política da USP, realizarão o seminário "Brasil: política e relações internacionais". O evento será composto por duas mesas. A primeira, "América Latina e Estados Unidos: novos desafios", tem início às 15h; e a segunda mesa tem início às 19h e leva o título de "A política externa brasileira e os problemas do mundo atual". O evento está sendo organizado com o apoio do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e o Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACInt) da USP e será realizado em 30 de junho, no Auditório István Jancsó da Biblioteca José Mindlin, no campus da USP. Para mais informações sobre os integrantes das mesas, clique [aqui](#).

## **British Council abre processo de seleção para estágio**

O British Council está com processo de seleção aberto para estágio na área de exames. O candidato selecionado trabalhará no *back office* do exame de proficiência do Sistema Internacional de Teste de Inglês (IELTS, sigla em inglês), Aptis, entre outros exames externos de universidades britânicas. O estágio contempla atividades como auxiliar no pagamento de examinadores, fazer reembolso e periodicamente ajudar a montar sessões dos exames. A bolsa-auxílio do estágio é de R\$ 1.000,00, além de um vale-refeição no valor de R\$ 430,00 e vale-transporte de R\$ 100. O British Council localiza-se à R. Ferreira de Araújo, próximo à estação de metrô Faria Lima (linha amarela). Os interessados devem enviar o currículo para: [barbara.vboas@gmail.com](mailto:barbara.vboas@gmail.com).

# Publicações



## **Uma abordagem para a mudança climática: uma exceção à OMC para incorporar Clubes do Clima**

**ICTSD – maio 2015**

Apesar dos esforços empreendidos nas últimas duas décadas, os países não conseguiram estabelecer um regime internacional capaz de abordar adequadamente os atuais desafios climáticos. Enquanto isso, o derretimento de geleiras no Oceano Ártico persiste; uma área equivalente à Costa Rica é desmatada a cada ano; e as ilhas de baixo nível podem desaparecer até 2050 devido à elevação no nível dos mares. O documento elaborado no âmbito da Iniciativa E15 analisa as possibilidades de inclusão de temas ambientais no arcabouço jurídico e técnico da Organização Mundial do Comércio (OMC), como forma de coordenar os esforços internacionais sobre o tema. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



## **Políticas industriais em países de renda média-baixa**

**ICTSD – junho 2015**

Os países de renda média-baixa (LMIC, sigla em inglês) formam um grupo heterogêneo, com experiências econômicas diversas. Tais países passaram por diferentes tipos de mudanças estruturais da agricultura para a indústria, e da indústria para os serviços. No caso da atividade manufatureira, os LMIC geralmente especializam-se em indústrias de baixa tecnologia, intensivas em mão-de-obra e recursos naturais. Atualmente, os LMIC enfrentam desafios em matéria de produtividade e diversificação produtiva – fatores-chave para aumentar a competitividade no mercado internacional. O artigo analisa as políticas industriais adotadas por alguns desses países e discute as principais condições para seu sucesso ou fracasso. Para acessar o documento, clique [aqui](#).



## **Relatório anual da OMC 2015**

**OMC – maio 2015**

O relatório anual traz um panorama geral das atividades da Organização Mundial do Comércio (OMC) entre 2014 e o início de 2015. A abertura da publicação conta com uma mensagem do diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, em que comenta os desafios da implementação do Pacote de Bali ao longo do ano, bem como as perspectivas para a conclusão da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Os capítulos que compõem o relatório analisam as negociações comerciais, os processos de adesão de novos membros, as atividades do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) e tópicos orçamentários. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



## **O impacto fiscal da exploração de recursos naturais não renováveis nos países da América Latina e do Caribe**

**CEPAL – maio 2015**

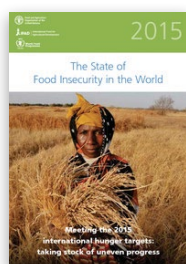
Os hidrocarbonetos são responsáveis pelo crescimento econômico de muitas regiões do planeta, embora nem sempre os Estados consigam se apropriar das rendas geradas por esse setor. A partir dessa perspectiva, o estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) analisa os regimes fiscais aplicados sobre as atividades extrativas de recursos naturais não renováveis nos países da região. Além disso, o documento discute questões distributivas de tais receitas e como elas são direcionadas para políticas de proteção ambiental. Para acessar a publicação, clique [aqui](#).



## Mudança climática e o comércio agroalimentar

**ITC – junho 2015**

O objetivo da publicação é estimular o debate sobre os principais aspectos da relação Os agroexportadores de alimentos são responsáveis por grande parte da renda econômica do Peru e de Uganda, além de proverem meios de subsistência para milhões de pessoas. Contudo, da mesma forma que outros países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), Peru e Uganda são sensivelmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas – o que pode prejudicar a competitividade de suas exportações. Diante desse quadro, o Centro Internacional do Comércio (ITC, sigla em inglês) realizou uma pesquisa com 36 exportadores peruanos e ugandenses de frutas tropicais, cacau e café, entre outros produtos, ao longo de um ano. Para acessar os resultados, clique [aqui](#).



## O estado da insegurança alimentar no mundo – 2015

**FAO – maio 2015**

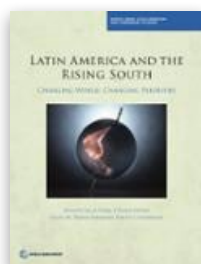
O relatório anual da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) faz um balanço mundial dos progressos obtidos no que diz respeito ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 1 (ODM 1), que trata da erradicação da fome e da pobreza extrema. Na edição de 2015 do relatório, a FAO apresenta a evolução de políticas de segurança alimentar em diversos países, bem como os obstáculos para a redução da fome no mundo e a persistência dos elevados indicadores de subnutrição infantil. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



## Repensando os subsídios agrícolas

**ICTSD – janeiro 2015**

Negociado durante a Rodada Uruguai, o Acordo sobre Agricultura define os subsídios agrícolas conforme sua capacidade de distorção do comércio em bens agrícolas. Este artigo analisa os dilemas a serem enfrentados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no aprimoramento da regulação de subsídios. Timothy Josling, autor do estudo, direciona especial atenção à identificação das melhores e piores políticas adotadas, uma vez que os subsídios agrícolas constituem, em alguma medida, uma ferramenta desejável para o desenvolvimento sustentável. Para acessar o estudo, clique [aqui](#).



## A América Latina e o Sul emergente: mundo em transformação, mudança de prioridades

**Banco Mundial – maio 2015**

A economia mundial não é mais o que costumava ser há vinte anos. A maior parte do século XX foi marcada por um hemisfério Norte desenvolvido, que configurou uma espécie de "centro" para os países "periféricos" do hemisfério Sul. No entanto, a ascensão recente dos países em desenvolvimento sugere a necessidade de transcender a dicotomia Norte-Sul em diversos temas – mais especificamente, as reconfigurações setoriais, o comércio e a macroeconomia em geral. Assim, o Banco Mundial preparou uma análise da dinâmica desse processo de reordenamento global, que pode ser acessada [aqui](#).



## Precificando o carbono

**WRI – abril 2015**

O guia oferece um panorama da precificação do carbono, em uma análise que contempla os tipos de decisão a serem tomadas no processo de elaboração dos programas e os impactos econômicos de abordagens alternativas. Neste documento, o World Resources Institute (WRI) traz uma seleção de casos que busca mostrar que as políticas de precificação do carbono também podem ser desenvolvidas com outros objetivos – como a reforma dos sistemas tributários, para que sejam mais eficientes. Para acessar a análise, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para  
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento  
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores  
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Noruega**

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives 4.0  
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00  
ISSN 1996-9198

